

OPERAÇÃO CONTENÇÃO

Reunião com comitiva federal

Após troca de acusações entre Castro e Lewandowski, ministros terão encontro hoje com governador para discutir situação do Rio

» FERNANDA STRICKLAND
» LUANA PATRIOLINO
» VÍCTOR CORREIA

Integrantes do governo federal desembarcam, hoje, no Rio de Janeiro, para uma reunião emergencial com o governador do estado, Cláudio Castro (PL), com o objetivo de tratar da Operação Contenção, realizada nos complexos do Alemão e da Penha, que deixou 64 mortos, incluindo quatro policiais. Na comitiva, estarão os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) e Rui Costa (Casa Civil). Também devem participar o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o diretor-executivo da corporação, William Marcel Murad.

Antes de anunciar a reunião com o governo do Rio, Lewandowski trocou farpas com Castro. O governador acusou a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de deixar o estado “sozinho” no combate ao crime e de ter negado pedidos para o fornecimento de veículos blindados das Forças Armadas. Em resposta, ministros apontaram que o governo não foi informado sobre a operação e que diversos pedidos de ajuda do Rio de Janeiro foram aceitos desde 2023. As declarações de Castro foram interpretadas como uma manobra para culpar o Executivo federal pela crise na capital fluminense.

O Ministério da Justiça emitiu nota na qual ressaltou ter atendido “prontamente, a todos os pedidos do Governo do Estado do Rio de Janeiro para o emprego da Força Nacional, em apoio aos órgãos de segurança pública federal

Pablo Porciuncula/AFP



Castro (C) acusou o governo federal de deixar o Rio “sozinho” para combater crime

e estadual”. “Desde 2023, foram 11 solicitações de renovação no território fluminense. Todas acatadas”, acrescentou. Em evento no Ceará, Lewandowski também negou ter recebido demanda do estado. “Não recebi nenhum pedido do governador do Rio de Janeiro nem hoje, nem ontem, absolutamente nada”, enfatizou.

O Ministério da Defesa, por sua vez, afirmou que um pedido do Rio de Janeiro para o fornecimento de blindados foi feito em janeiro deste ano, após a morte de uma militar da Marinha vítima de bala perdida, mas que a solicitação foi negada após

parecer da Advocacia-Geral da União. “A AGU emitiu parecer técnico indicando que a solicitação do governo do RJ somente poderia ser atendida no contexto de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que demandaria decreto presidencial”, acrescentou.

A crise no Rio de Janeiro ocorreu enquanto o presidente Lula voltava da Malásia. Ele estava em um avião KC-30, da Força Aérea Brasileira, modelo que não possui acesso à internet em voo. O petista chegou ao Brasil durante a madrugada. Enquanto isso, a Casa Civil convocou uma reunião de

Ed Alves CB/DA Press



Lewandowski enfatizou que governador do Rio não pediu ajuda à gestão federal

emergência no Palácio do Planalto à noite, coordenada pelo presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin. Também estiveram presentes os ministros Rui Costa, Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União), Macaé Evaristo (Direitos Humanos), Sídônio Palmeira (Secom) e com o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Manoel Carlos.

“Durante a reunião, as forças policiais e militares federais reiteraram que não houve qualquer consulta ou pedido de apoio, por parte do governo estadual do Rio de Janeiro, para

realização da operação”, disse o Planalto, por meio de nota.

Nas redes sociais, a ministra da Secretaria das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, alfinetou Castro ao criticar “operações decididas isoladamente por governos locais” e defender uma maior participação das forças federais no combate ao crime organizado. Ela aproveitou o cenário também para defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que aumenta as competências da União sobre o setor — atualmente.

“Ficou mais uma vez evidente a necessidade de articulação entre

forças de segurança no combate ao crime organizado. E o fortalecimento da Polícia Federal e outras forças federais no planejamento e na execução das ações conjuntas, não apenas fornecendo armas, equipamentos e tropas para operações decididas isoladamente por governos locais”, escreveu Gleisi.

A ministra, inclusive, recebeu uma ligação do governador fluminense no início da tarde, após a repercussão das falas. No telefonema, segundo interlocutores, Castro explicou que não teve a intenção de atacar o governo federal nem politizar o episódio. Porém, ele não se retratou publicamente.

Repercussão na imprensa mundial

» GIOVANNA SFALSN

O Brasil ganhou manchete em jornais e agências internacionais, ontem, após a megaoperação policial que deixou 64 mortos e 81 presos no Rio de Janeiro.

O jornal britânico *The Guardian* afirmou que o Rio vive “o pior dia de violência da história” e destacou que a ação ocorreu “antes do amanhecer, em meio a intensos tiroteios nos complexos do Alemão e da Penha, onde vivem cerca de 300 mil pessoas”. O veículo

ressaltou que ativistas de direitos humanos expressaram indignação com o “derramamento de sangue”.

O *El País*, da Espanha, descreveu o Rio como “um cenário de caos colossais”, com tiroteios intensos e o uso de drones por criminosos. O jornal afirmou ainda que o governador do estado, Cláudio Castro, “criticou a falta de apoio do governo federal” e pediu ajuda das Forças Armadas.

A rádio francesa RFI destacou que “operações policiais pesadas são comuns no Rio”, mas ressaltou que o número de mortos

registrado nesta terça-feira é “extraordinário, mesmo para uma cidade acostumada à violência”. A emissora citou dados que apontam que, em 2024, quase 700 pessoas perderam a vida em operações policiais no estado.

O argentino *Clarín* ressaltou as “cenas de guerra no Rio de Janeiro”. “Um vídeo mostra quase 200 tiros disparados em um minuto, em meio a nuvens de fumaça. Apesar do enfraquecimento, o Comando Vermelho continua controlando partes do Rio de Janeiro”, frisou.

PEC precisa de aperfeiçoamento

» CAETANO YAMAMOTO*

O presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), Tácio Melo, elogiou o governo por apresentar ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, mas ressaltou que o texto precisa de aperfeiçoamento. Um dos órgãos afetados pelo texto é justamente a Polícia Rodoviária Federal, que pode ter mudanças em sua área de atuação e até mesmo na nomenclatura.

Segundo Melo, a expansão de atribuições da PRF para além das rodovias, incluindo ferrovias e hidrovias, é bem-vista dentro da instituição. Ele explicou que a mudança é necessária, pois os meios de transportes evoluíram e o tráfico de drogas acompanhou essa evolução.

Entretanto, de acordo com Melo, a PEC propõe pontos que prejudicam o trabalho de investigação e de inteligência da PRF. Um dos tópicos mencionados por ele é o que dá exclusividade à Polícia Judiciária de realizar qualquer tipo de investigação. Embora o termo exclusivo já tenha sido retirado da proposta, foi mantida no texto a proibição apenas à PRF de fazer qualquer tipo de apuração.

“Para a gente, é um retrocesso. A Polícia Rodoviária Federal é a polícia que mais apreende drogas no país, apreende armas, e muito desse trabalho é de parceria com o Ministério Público, Ministério Público Federal, os Gaecos dos estados. E isso daí vai dar uma limitação muito grande”, afirmou



Para Melo, PEC da Segurança tem pontos que prejudicam PRF

aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mila Ferreira no programa CB.Poder, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

De acordo com Melo, a medida “burocratiza ainda mais o trabalho da polícia”. “A gente está vendo o tamanho que as facções estão tomando no país como um todo. E eu acho que burocratizar só termina por ajudar essas facções criminosas”, acrescentou.

Outra mudança proposta é a que altera a nomenclatura da PRF para Polícia Viária Federal. Melo afirmou que o órgão não tem interesse em modificar o nome e que a instituição é histórica — em 2028, completará 100 anos de fundação.

Segundo ele, apenas a mudança de nome custaria R\$ 250 milhões aos cofres públicos, valor que corresponde a mais de 20% do orçamento da PRF. “Com tantas outras urgências para darmos mais segurança para a população, eu acho que fazer uma mudança de nome é a menor das preocupações que nós temos”, argumentou. “A Polícia Rodoviária Federal tem muito orgulho do nome que tem, do cargo de policial rodoviário federal. Então, acho que é algo que o governo não deveria se preocupar, e, sim, a gente gastar esse recurso de uma outra forma.”

*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa



Para ampliar o atendimento das cirurgias em todo o DF, este GDF contratou 3 empresas de anestesistas que estão trabalhando dia e noite na rede pública. E contratou, também, 7 hospitais particulares para fazer mais de 15 mil cirurgias.

OperaDF. Menos tempo de espera para as cirurgias eletivas.

Em caso de dúvidas, ligue 162 ou [acesse](#) para saber mais.

